

AÇÕES DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE LONDRINA - PR

Everton Carlos dos Anjos, Universidade Estadual de Londrina, everton_anjos@hotmail.com

Lilian de Lima Pires, Universidade Estadual de Londrina, lilianpires@outlook.com

Jessica Takano, Universidade Estadual de Londrina, jessica.takano@hotmail.com

RESUMO

A grande quantidade de resíduos sólidos urbanos é um grave problema enfrentado pelas cidades atualmente. Na busca por ações que visem melhorias e tratamentos sobre essa problemática, o gerenciamento integrado desses resíduos e as organizações em cooperativas de resíduos sólidos são meios que promovem resultados positivos. Diante disso, o presente artigo visa trazer informações sobre o cenário de coleta, destinação e reciclagem de resíduos sólidos na cidade de Londrina, com a análise paralela de uma cooperativa de materiais recicláveis e resíduos sólidos, embasada na Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Habermas. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é descritiva-exploratória do tipo qualitativa. Sobre os resultados e considerações, em Londrina, verificou-se o crescimento na produção de Resíduos Sólidos Urbanos e consequente necessidade de ações múltiplas diante desse problema complexo. Além disso, é possível inferir que, as práticas sociais e ações desenvolvidas na cooperativa de catadores analisada encontram respaldo na TAC.

Palavras chave: Resíduos Sólidos Urbanos. Cooperativa. Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do desenvolvimento econômico e industrial dos últimos séculos, aliado ao crescente consumo de bens e produtos, a produção de resíduos cresceu em proporções desenfreadas. Esse crescimento motivou tanto o poder público, por meio de leis, adotar mecanismos para a destinação correta dos resíduos sólidos urbanos (RSU), quanto a sociedade civil, por meio de ações e associações para a correta destinação destes. Percebe-se a importância destas ações, uma vez que os RSU apresentam variedade de tipos e possibilidade de reciclagem e reutilização, dependendo da sua composição. Quanto à destinação dos RSU, essa problemática leva aos municípios e a toda sociedade o desafio de criar estratégias para a mitigação dos danos e minimização dos impactos causados por esses resíduos.

Jacobi (2006) menciona que os benefícios da coleta seletiva e da reciclagem são vários, tais como: redução do volume de resíduos na fonte geradora por meio da conscientização; reciclagem das matérias-primas, redução de uso dos aterros sanitários, minimização dos efeitos da poluição das águas, do ar e do solo, e no aspecto social, geração de renda e inclusão social dos trabalhadores.

A PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) orienta para que as atividades que compõem todo processo de coleta e destinação do RSU ocorram de forma integrada. Além da integração, o gerenciamento deve englobar etapas articuladas entre si, desde a não geração até a disposição final, com atividades compatíveis com as dos demais sistemas do saneamento ambiental e com a participação de todos os atores em todas as esferas no plano de gestão (ZANTA, 2010).

No Brasil, cerca de 65% dos municípios contavam com iniciativas da coleta seletiva no ano de 2014, porém em muitos municípios, as atividades praticadas de coleta seletiva ainda não abrangiam a totalidade de sua área urbana (ABRELPE, 2014). Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, 2010), é estimado em R\$ 8 bilhões anuais o volume de resíduo reciclável encaminhado aos aterros e lixões nas cidades brasileiras, deixando de ser processado de forma correta e de retornar ao setor produtivo.

A cidade de Londrina, hoje, é a segunda maior cidade do Estado do Paraná e a quarta maior do sul do Brasil. Tem população estimada de 543.003 habitantes e mais de 97% da população pertencem à área urbana, distribuída em 55 bairros (IBGE, 2014). Constitui a Região Metropolitana de Londrina, sendo o segundo maior aglomerado urbano do Estado, que conta com uma população estimada em 1.057.660 habitantes (IBGE, 2013). Somam-se ainda

a estes números as mais de 200.000 pessoas que formam a população flutuante que diariamente estão na cidade a trabalho, estudo ou tratamento de saúde.

Neste contexto, destaca-se a importância do gerenciamento integrado e os benefícios potenciais da coleta seletiva e processos de reciclagem para a sociedade. Diante das questões ambientais, sociais e econômicas, Londrina conta com cooperativas de catadores de resíduos sólidos, que se organizaram na tentativa de uma melhor condição financeira de seus membros. O campo ambiental também é impactado positivamente porque contribui para o tratamento da grande quantidade de RSU gerado na cidade. São cinco cooperativas em Londrina, das quais uma se destaca por seu tamanho e resultados, escolhida por esses motivos para a análise deste artigo.

Posta a problemática que envolve o gerenciamento integrado dos RSU frente ao conceito de sustentabilidade, pretende-se, no presente trabalho, identificar ações de coleta, destinação e reciclagem na cidade de Londrina e seus resultados, e, análise de ações e práticas em uma cooperativa de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos mais atuante, à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

Para tanto, o artigo conta com sete seções, além desta Introdução (1), o referencial teórico dividido em três partes, que abrangem informações sobre Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos, sob perspectivas de Sustentabilidade (2); os RSU e o Cooperativismo (3); e a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (4); os Procedimentos Metodológicos (5), os Resultados e suas Discussões (6), e as Considerações Finais (7).

2 COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E RESÍDUOS SÓLIDOS: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Um dos grandes problemas que afligem a maioria das cidades de grande densidade urbana e suas regiões metropolitanas é a excessiva e diversificada produção de RSU e a falta de tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos urbanos. O gerenciamento inadequado desses resíduos gera transtornos à saúde e à qualidade de vida humana. O grande volume de materiais descartados em aterros sanitários pode servir de criadouro para vetores transmissores de doenças e agentes infecciosos, alguns materiais liberam uma série de poluentes atmosféricos, e ainda podem causar o risco de epidemias e poluição de mananciais.

Essa preocupação associada às consequências ambientais negativas geradas pela disposição inadequada dos resíduos tem estimulado os municípios a buscarem alternativas

para a redução do impacto ambiental dos resíduos sólidos urbanos. Esta questão requer reflexões e ações nos níveis socioambiental, econômico e de saúde humana e dos ecossistemas (BRESEN, 2011). Neste contexto, destacam-se iniciativas de coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento de materiais, que promovam um processo que busque a sustentabilidade econômica, a justiça social e a eficiência ambiental.

Atividades de coleta seletiva e reciclagem realizadas por cooperativas de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos favorecem o reaproveitamento de materiais e a redução da disposição desses resíduos no solo, desta forma, contribuem diretamente com a sustentabilidade urbana e a saúde humana e ambiental, além de promover a inclusão social dos trabalhadores envolvidos nesse processo (BRESEN, 2011).

No âmbito econômico e ambiental, essas ações contribuem para a redução do impacto nos ecossistemas e na biodiversidade, além de reduzir o uso dos recursos naturais e minimizar o descarte inadequado e queima de resíduos. Destacam-se também os benefícios relacionados ao processo produtivo, economia de matérias-primas, recursos naturais, energia e a diminuição de emissões de gases de efeito estufa (ADEDIPE, 2005).

Quanto à dimensão social, as iniciativas de coleta seletiva, reaproveitamento de materiais e reciclagem tem se tornado uma fonte importante de trabalho e renda, para uma considerável parcela da população de baixa renda, desempregados e subempregados que encontram nestas atividades uma garantia de sobrevivência (SANTOS et al, 2010). Quando inseridos em cooperativas, esses trabalhadores têm mais condições de obter maiores ganhos e melhorar suas condições de trabalho do que teriam se atuassem individualmente.

Ao considerar a problemática da crescente produção de resíduos sólidos urbanos, as cooperativas de catadores ganham extrema importância ao aliar a prestação de um serviço público essencial a uma demanda social e ambiental. Deste modo, essas cooperativas contribuem para a inclusão de trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho, para a redução de gastos públicos com programas sociais e destinação de lixo e também para a preservação ambiental.

3 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COOPERATIVISMO

A norma brasileira (NBR 10004, 2004), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), define que os RSU são aqueles que estão em estado sólido e semi-sólido; são decorrentes e gerados em atividades da comunidade e possuem diversas origens, tais como: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

Frente à geração exacerbada de RSU e sua destinação inadequada, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei n. 12.305/2010 que preconiza as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. O Art. 7º da Lei descreve os objetivos e cita, no item II, o incentivo a não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem e ao tratamento dos resíduos sólidos, bem como à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. O item VI destaca o incentivo à indústria de reciclagem, e o item VII a gestão integrada de RSU (BRASIL, 2010).

Ainda sobre essa Lei, percebe-se um avanço na tentativa de atender demandas sociais e a necessidade de prestação de serviço público de coleta de materiais recicláveis e de resíduos sólidos. Com o incentivo da organização de catadores, o poder público tem a possibilidade da contratação de cooperativas, porém, sem a sua obrigatoriedade. O Decreto federal 7.404/2010 que regulamenta essa Lei, confere a competência para desenvolver planos municipais de gestão integrada que incluam todos os interessados, especialmente as cooperativas de catadores de baixa renda. Um grande estímulo para a contratação das cooperativas também se dá na prioridade de acesso a recursos da União aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação das cooperativas.

Segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2014), no ano de 2014, o percentual de aumento da geração de resíduos sólidos no país foi de 4,1%, sendo superior à taxa de crescimento populacional registrado no mesmo período, que foi de 3,7%. Fato este preocupante, uma vez que as ações elencadas na PNRS não têm encontrado espaço para sua efetivação, limitando, assim, a mitigação dos danos causados pelos RSU.

Outro ponto alarmante é a destinação final destes RSU. No país, no mesmo ano, quase 10% do volume gerado não foi coletado e, com isso, quase 20.000 t de RSU tiveram destinação imprópria. O volume coletado regularmente, 41,74% dos RSU, é destinado de forma inadequada em lixões ou em aterros controlados causando sérios impactos ao meio ambiente (ABRELPE, 2014).

As ações operacionais contidas em um plano de gerenciamento integrado são as atividades de acondicionamento, coleta, transporte, separação, reaproveitamento, tratamento e disposição final dos RSU (ZANTA, 2010). Nessas ações, a coleta seletiva, por meio da qual os materiais são segregados na fonte de geração, sendo passíveis de serem reutilizados, reciclados ou recuperados, podem ser coletados de porta em porta ou por meio dos Postos de Entrega Voluntária (PEV) (ZANTA, 2010). Esta última modalidade de coleta tem sido ampliada. É a mais recomendada e tem como objetivo reaproveitar ou transformar os

materiais que em certo momento perderam seu valor como bem de consumo (ZANTA, 2010).

No gerenciamento integrado dos RSU, complementar às etapas de acondicionamento, coleta e transporte, o tratamento dos resíduos objetiva o processamento e a reintrodução das matérias passíveis de reciclagem e reaproveitamento na cadeia produtiva (GONÇALVES, 2003). Nesse processo, identificam-se também resíduos que serão destinados à disposição final adequada.

Diante do contexto da coleta e gerenciamento dos resíduos sólidos, as cooperativas de catação de resíduos sólidos são essenciais nesse processo. Cooperativismo, segundo a OCB (Organização das Cooperativas no Brasil), é um movimento e uma filosofia no âmbito socioeconômico, que visa unir desenvolvimento econômico e bem estar social. O cooperativismo possui sete princípios fundamentais: 1º) Adesão Voluntária e Livre; 2º) Gestão Democrática exercida pelos seus membros; 3º) Participação Econômica dos Membros; 4º) Autonomia e Independência; 5º) Educação, Formação e Informação; 6º) Intercooperação; 7º) Interesse pela Comunidade. O Cooperativismo trabalha com o objetivo de uma prosperidade conjunta, democrática e participativa, com justiça distributiva e equilíbrio de rendimentos entre os participantes (OCB, 2012).

Com a contingência atual, o modelo cooperativo de organização apresenta características que lhe dão força, como: 1) Rejeição da hierarquia rígida e centralizada, favorecendo a participação e o comprometimento do grupo; 2) Tendência de responder à complexidade de mercados globais mais exigentes, obrigando maior grau de engajamento dos atores envolvidos, potencializado por meio de trabalhadores-proprietários; 3) Percepção das atividades serem mais justas e humanizadoras, por distribuírem os rendimentos de forma equitativa, o que tende a reduzir os conflitos internos e a gerar maior coesão social; 4) Alternativa às empresas capitalistas tradicionais, aliando maior justiça econômica e social, sem abrir mão da eficiência no desenvolvimento das atividades (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002).

4 TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

A obra e pensamento de Habermas se destacam pela amplitude e alcance social e crítica radical à sociedade industrial moderna, por meio de denúncia da racionalidade instrumental e a busca da emancipação do indivíduo.

Com a evolução do racionalismo ocidental, concomitante com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a promessa do iluminismo do uso da razão, se volta contra o

homem, na forma da racionalidade instrumental, operacionalizada pela burocracia, e carrega em sua essência o controle, a previsão e determinismo. É orientada para o êxito e de forma calculada, em que os meios, para o alcance de um objetivo, assumem uma importância muito maior que os fins ou o próprio objetivo. Tal comportamento é reproduzido nas esferas econômicas, das relações sociais e produtivas.

Habermas entende que no desenvolvimento da sociedade, há uma progressiva diferenciação da razão humana, sendo dois tipos de racionalidade, a instrumental, que é a dominante e necessita de freios, como forma de impedir seus efeitos e a comunicativa, que por meio da linguagem, assume um caráter emancipatório e desenvolve uma relação e comunicação intersubjetiva entre os participantes de uma mesma comunidade (VIZEU, 2005).

Essa racionalidade comunicativa busca por meio da estrutura da linguagem e da fala, a possibilidade de compartilhamento pleno de significados, reciprocidade e igualdade entre os sujeitos envolvidos, um processo dialógico. Tais aspectos formam uma teoria de ação.

Para Habermas existem dois tipos de ação: 1) Racional instrumental, estratégica, egocêntrica, que objetiva a eficiência, o ganho e sucesso de unilateral e utiliza do discurso de punição, sanção ou ameaça para alcance de objetivos. 2) Racional comunicativa, baseada nas interações, no intercâmbio e respeito entre os participantes de forma bidirecional e de forma desinteressada (PESQUEUX, VASCONCELOS, 2013). Esta última tem dentre os princípios basilares a ética e comunicação intersubjetiva, limitada por valores de tolerância, igualdade, democracia e ação política.

Pressupõe-se que, para a realização plena da ação comunicativa, as assimetrias financeiras, sociais e as ligadas ao poder sejam minimizadas para a construção de confiança e legitimidade na interação entre os sujeitos. Com isso, a justiça é um mediador na ação comunicativa e estabelece aos membros do grupo social o exercício do princípio da igualdade de direitos na condução da vida cotidiana.

Na ação comunicativa, a linguagem orientada ao entendimento é o meio que leva os homens a se constituir e se identificar como sujeitos da ação, construindo relações e interações sociais ou influências para a ocorrência de mudanças (OLIVEIRA, 2011). Estes são guiados pela busca do consenso, por meio da construção conjunta dos discursos, da resolução dos problemas coletivos, da tomada de decisões e busca de melhorias. A ética, permeia estas ações e propicia legitimidade e autenticidade à comunicação e aos argumentos apresentados.

Outras três dimensões da estrutura da sociedade que se apóiam na ação comunicativa e estabelecem relações que permitem o entendimento das interações. Primeiramente, a cultura,

que norteia a compreensão e interpretação do sujeito sobre algo no mundo; a sociedade, responsável por proporcionar condições aos indivíduos de regularem as relações no grupo social; e por último, a pessoa, que é um sujeito capaz de agir e interagir e de compor sua própria personalidade. A ação comunicativa se relaciona com estes itens à medida que por meio das interações transmite e renova um saber cultural, propicia condições, para que por meio do entendimento, haja integração social e a construção da personalidade do indivíduo.

Na compreensão organizacional, a teoria da ação comunicativa (TAC), proporciona condições epistemológicas para a construção de modelos, constructos e análise de forma alternativa aos modelos tradicionais, especificamente os funcionalistas, para a questão da emancipação nas organizações (VIZEU, 2005). Também, a TAC, proporciona alternativa para a rejeição de formas de comunicação basicamente informacionais, puramente estratégicas e instrumentais, permitindo a construção dialógica do entendimento e igualdade entre os sujeitos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva-exploratória, a fim de aproximar os pesquisadores do problema estudado e contribuir para a identificação de ligações causais apropriadas a serem avaliadas (YIN, 2001). Buscou-se, por meio da pesquisa qualitativa, realizar um levantamento documental em publicações e mídia jornalística, para visualizar a situação local atual da gestão dos RSU da cidade de Londrina, nos últimos dois anos.

Quanto a cooperativa analisada, os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas que contemplavam questões sobre o perfil das cooperativas, gestão, comercialização, relação com o poder público municipal, qualidade de vida e inclusão social. Optou-se pela realização de entrevistas por propiciar maior flexibilidade e oportunidade de obter dados relevantes sobre o objeto de estudo. As entrevistas foram realizadas em 2013 e 2014, com a diretora financeira e a diretora secretária, respectivamente. A cooperativa e as entrevistadas não serão identificadas por respeito à privacidade das mesmas.

A análise e tratamento do levantamento documental e entrevistas foram apoiados em dados qualitativos e apresentados através de linguagem discursiva. Este processo, proporciona uma investigação e identificação de ações de coleta, destinação e reciclagem na cidade de Londrina e resultados alcançados, bem como identificar as práticas desenvolvidas em uma cooperativa de catadores de materiais reciclados, à luz dos preceitos da Teoria da Ação

Comunicativa (TAC) proposta por Habermas.

Esta teoria se fundamenta no conceito de ação, percebida como a capacidade que os sujeitos sociais têm de interagirem intra e entre grupos, buscando racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca da fundamentação teórica sobre o cooperativismo e as cooperativas de catadores de resíduos sólidos em sua perspectiva sustentável, os resíduos sólidos urbanos e a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, a presente seção busca o relacionamento dessas temáticas com a realidade londrinense da coleta, PEV e cooperativa analisada. Em um primeiro momento, são trabalhados os dados referentes à situação dos RSU da cidade e posteriormente, a análise da cooperativa.

Decorrente do tamanho populacional e geográfico da cidade de Londrina, os desafios para o gerenciamento integrado dos RSU são complexos. De acordo com o anuário Perfil da Cidade de Londrina (PCL) (Londrina, 2014), a coleta regular de RSU atinge 97,40% da população (urbana e rural), com produção diária de 434 t de lixo e são coletados, anualmente, mais de 135.000 t de resíduos. Os RSU são destinados à Central de Tratamento de Resíduos (CTR), localizada no distrito de Maravilha.

Segundo o Jornal O Diário (2014), foi registrado até novembro de 2014, mais de 300 pontos de descarte irregular de resíduos que poderiam passar pelo processo de reaproveitamento ou reciclagem. Em atenção à necessidade de um local para descarte de restos de jardinagem, resíduos da construção e reformas de pequenos geradores, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) criou sete áreas para deposição correta desses resíduos, chamadas Ecopontos. Desses sete, somente três tinham licença ambiental para funcionar, porém sem a devida fiscalização. Grande parte dos Ecopontos agrega uma grande quantidade de resíduos, transformando esses locais em pequenos lixões a céu aberto e, constantemente, há registro de incêndios, apresentam situação sanitária caótica, além de excesso de insetos e ratos, mau cheiro exalado e contaminação ambiental devido ao descarte irregular de outros tipos de resíduos descartados de forma clandestina. O mesmo jornal aponta que foram retirados mais de 8.000 caminhões de resíduos desses Ecopontos.

Devido às falhas e problemas gerados com a experiência mal sucedida dos Ecopontos, foi planejada, pela CMTU, a implantação dos PEV para substituição dos Ecopontos, a fim de

efetivar o atendimento à demanda do descarte de pequenos geradores (LONDRINA, 2014). O primeiro PEV, implantado de forma piloto em janeiro de 2015, tem o objetivo de normatizar e regularizar o despejo de entulhos de construção, resíduos verdes e móveis transportados por carroceiros ou veículos (LONDRINA, 2014). O PEV foi estruturado na zona leste da cidade, onde já funcionou um Ecoponto. O espaço foi cercado, as áreas de descarte foram sinalizadas e há uma guarita com a presença da fiscalização. Para utilização do PEV, foram estabelecidos critérios, como por exemplo, cadastro de todos os veículos que levam resíduos; e o descarte tem de ser de um pequeno gerador, no máximo 1m³.

Parte dos entulhos de construção é utilizada na composição de pavimentação das estradas rurais e a fração não utilizada é encaminhada à CTR. Os resíduos verdes (galhos, restos de podas e jardinagens) são processados e utilizados como composto orgânico e adubagem em áreas de replante. As madeiras são comercializadas pelos recicladores, encaminhadas para moagem e uso industrial. No primeiro mês de utilização do PEV, foram coletados 2.236 kg de entulhos e resíduos verdes (LONDRINA, 2014).

De acordo com a CMTU, o projeto idealizado prevê a instalação de 10 PEV, abrangendo todas as regiões da cidade de Londrina e após a consolidação do projeto, a segunda etapa ficará a cargo das cooperativas, que hoje trabalham a gestão e a comercialização dos resíduos recicláveis ou reutilizáveis na coleta seletiva.

A coleta seletiva existe desde 1996 em Londrina e a partir de 2001, houve a inclusão dos catadores no programa municipal, retirando aproximadamente 60 catadores do aterro municipal. Diante da fragilidade e da setorização que a individualização do trabalho apresentava, foi proposto aos catadores pelo poder público, a organização através de associações, com o auxílio de carrinhos da prefeitura para que fosse coletado o material. (SANTOS et al., 2010). Nesse aspecto, a dimensão social da sustentabilidade pode ser relacionada, visto que a coleta seletiva organizada dessa forma proporciona fonte e renda para trabalhadores, antes desempregados ou subempregados.

Atualmente, a cidade conta com cinco cooperativas que realizam o trabalho de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos. Essa organização rendeu à cidade o reconhecimento nacional com a conquista do Prêmio Pró-catador, em 2014, que avaliou as iniciativas que contemplassem as variáveis social, econômica, ambiental e que proporcionassem a redução de impacto dos passivos ambientais (LONDRINA, 2014).

É possível identificar, nos princípios fundamentais da cooperativa pesquisada, práticas condizentes à TAC na mitigação das diferenças e promoção do entendimento comunicativo e dialógico. Em primeiro lugar, na busca da solidariedade, os cooperados devem trabalhar

visando o bem comum da cooperativa e de seus membros, valorizando o ser humano, a cooperação e a autonomia do grupo. O segundo princípio é o da gestão democrática, as principais decisões devem ser discutidas em assembleia, e cada membro tem direito igualitário de voto (um membro, um voto) e, desta forma, todos os cooperados podem participar ativamente da gestão do empreendimento.

De acordo com a TAC, a busca pela minimização da assimetria do poder pode ser vista em outros institutos sociais da cooperativa, tais como na realização de eleições para escolha de diretores e representantes dos conselhos administrativo e fiscal, que atuam em um período determinado em estatuto. O conselho administrativo deve deliberar sobre assuntos relacionados a administração da cooperativa e os interesses de seus trabalhadores e o conselho fiscal é eleito para fiscalizar as atividades e gestão da cooperativa, analisando ações e documentos que envolvem a instituição. Os membros dos conselhos devem desempenhar suas funções por um período de dois anos, quando ocorrem novas eleições para a definição de novos representantes.

Também, pelo princípio da adesão voluntária e livre, a cooperativa é receptiva a novos membros que estejam dispostos a assumir as responsabilidades de um cooperado e a permanência na atividade também é facultativa. Além disso, não deve haver discriminações em nenhum sentido, seja social, política, religiosa, racial ou de gênero. Percebe-se que mesmo existindo hierarquia com a definição de cargos, as decisões na organização ocorrem de forma democrática e por meio de interações entre os membros. A fala de uma das entrevistadas ilustra bem como é tratada esta questão:

A gente busca muito a isonomia, que é o tratamento igual, e é o que a gente percebe muito nas outras (cooperativas), que essa figura do patrão ainda existe, e ele existe tanto no comando como no ganho [...], mas a gente parte do princípio que o valor da moeda tem que ser igual, agora é cada um de acordo com a tua possibilidade, a tua necessidade de trabalho, mas a moeda, o valor da moeda tem que ser igual, não pode ter dois pesos e duas medidas.

O processo democrático é conduzido na organização de forma participativa por meio da atuação dos cooperados na gestão da cooperativa, todos os membros têm direito equitativo de participar das decisões e dos rumos tomados pela organização. Isto é evidenciado na fala de uma das entrevistadas quando questionada sobre retirada mensal dos cooperados “é definida em assembleia, tudo construído por nós”. Esta característica vem ao encontro do preceito da ação racional comunicativa habermasiana, baseada nas interações de forma bidirecional, baseada em valores de tolerância, igualdade, democracia e ação política. A

minimização de assimetrias relacionadas ao poder é evidenciada ao favorecerem a construção de confiança e legitimidade nas interações entre os membros do grupo.

Ainda, foram identificadas ações com o objetivo de minimizar as diferenças individuais, melhoria no ambiente organizacional e no relacionamento interpessoal dos cooperados. Por meio de projetos culturais de música e expressão. Segundo a representante da cooperativa, “os conflitos existem, mas a gente tem buscado formação, tem buscado parceria, têm buscado levar eles a terem momentos de descontração, momentos de cultura, valorização, pra poder quebrar um pouco o clima”.

Outra percepção das ações desenvolvidas e respaldada na TAC como forma de negociação e ação entre os indivíduos no alcance de uma nova forma de lidar com a racionalidade instrumental e burocrática, diz respeito à relação entre cooperativa e cooperados e os benefícios e vantagens que acarretam da relação. “É bom para eles que recebem um dinheiro a mais e é bom para a cooperativa se eles não faltarem”, fala que expõe a troca financeira pela assiduidade do membro no trabalho.

Visando o fortalecimento das relações e interações intra-organizacionais, são realizados eventos que envolvem os cooperados. Encontro de Mulheres, seminários sobre catadores, treinamentos e programas de integração entre os trabalhadores são exemplos destas atividades. Desenvolve-se um clima de socialização entre os participantes, que por meio do dialogo, há a pretensão de gerar um clima de união e crescimento. “A gente faz muito trabalho de formação com eles sobre a Economia Solidária, então é difícil ter brigas entre eles”.

Nessas atividades, percebe-se o investimento na comunicação, no exercício da igualdade da vida cotidiana, nas interações sociais, no entendimento, na elaboração e transmissão de saberes, nas construções dos indivíduos, na busca pelo consenso com discursos conjuntos, na resolução de problemas coletivos, nas tomadas de decisões e na busca de melhorias. Fatores esses que distanciam a organização, cooperados e relações sociais da solidariedade mecânica e da lógica burocrática, instrumental e estratégica, aproximando-se da proposta de Habermas, idealizada na TAC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o intuito de verificar a situação dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Londrina, com a análise da realidade de uma cooperativa de materiais recicláveis e resíduos sólidos à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

Observou-se que a problemática dos RSU se agravou nos últimos anos no Brasil, ainda que criadas, por meio da Lei 12.305/2010, estratégias para que os municípios pudessem separar, coletar, transportar, e destinar, de forma correta, os diversos resíduos urbanos. No caso de Londrina, verificou-se, por meio da pesquisa documental, o crescimento na produção de RSU e conseqüentemente, a necessidade de ações múltiplas diante de um problema complexo.

Ações por parte do poder público para promoção de soluções consistentes e satisfatórias, em relação aos RSU, passam pelo incentivo de mudança cultural na sociedade, a separação, coleta e destinação dos recicláveis, implantação e manutenção de PEV's e o fortalecimento das cooperativas de catadores. Estas devem desenvolver e ampliar ações internas, por meio de processos de gestão, em que as interações e relações sejam democráticas e que permitam o pleno e ideal desenvolvimento dos sujeitos.

Somadas, as ações contribuem para a ampliação das dimensões: econômicas por meio da reciclagem, reaproveitamento e geração de renda; sociais, com a inclusão dos cooperados, formação de conhecimentos e desenvolvimento de consciência democrática na gestão das cooperativas; e, ecológica, com a diminuição da carga de RSU e aumento da vida útil do CTR e a redução da poluição devido o descarte irregular de RSU. Tais aspectos caracterizam e fomentam dimensões da sustentabilidade no meio social.

É possível ainda inferir que, a partir dos resultados descritos nas análises apresentadas neste trabalho, as práticas sociais e ações desenvolvidas na cooperativa de catadores encontram respaldo na TAC. A práxis social é demonstrada por meio do exercício da democracia em várias instancias decisórias da organização, pelo uso de métodos de participação na gestão, que prezam pelo igualitarismo, pela coerência entre o vivenciado e o cooperativismo e pela comunicação utilizada de forma dialógica no desenvolvimento do sujeito.

É possível concluir que, mesmo não alcançando toda problemática dos RSU, ações estão sendo desenvolvidas pelo poder público. A cooperativa estudada tem feito sua parte, preocupando-se não somente com os aspectos técnicos ligados aos RSU, mas no desenvolvimento de um modelo de gestão participativo, igualitário em que o sujeito tem seu espaço e valor, e conseqüentemente, possa alcançar a autonomia e emancipação social e econômica.

Por fim, como limitação e possibilidade de trabalhos futuros, sugere-se o aprofundamento com técnicas de pesquisas qualitativas de todas cooperativas de catadores instaladas na cidade de Londrina, com um número maior de entrevistas, para confirmação das

inferências deste trabalho inicial.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. 2014. **Panorama dos Resíduos Sólidos** no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

ADEDIPE N. O. **Waste management, processing, and detoxification**. In: CHOPRA, K. (Ed) *et al.* Millennium Ecosystems Assessment. Ecosystems and Human Well-Being: Policy responses: findings of the Responses Working Group. Washington DC: Island Pres, v. 3, p. 313-334, 2005.

BESEN, G. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Brasil. 2007. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos**; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Centro de documentação e informação, Brasília: Edições Câmara. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4283/politica_residuos_solidos.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2015.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. **Teoria da ação comunicativa (Habermas)**: estrutura, funcionamento e implicações do modelo. Revista de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, v. 58, p. 151-173, 2013.

IBGE. 2014. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: fev. 2015.

IPEA. 2010. **Relatório de Pesquisa**: Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf> Acesso em: fev. 2015.

JACOBI, P. 2006. **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume editora. São Paulo.

LONDRINA (Município). 2014. CMTU. **Diretoria de Operações/Coleta Seletiva**. Disponível em: <<http://www.cmtuld.com.br/index.php/diretoria-de-operacoes/coleta-seletiva>>. Acessado em fev. 2015.

LONDRINA (Município). 2014. **Anuário Perfil do Município de Londrina – 2014** (ano base 2013). Londrina. Disponível em:

<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=543&Itemid=558>. Acesso em: jan. 2015.

NBR 10004. 2004. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **Resíduos Sólidos – Classificação**. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

OCB. **Cooperativismo, forma ideal de organização**. Disponível em: <www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em: 11 abr. 2014.

OLIVEIRA, R.N.C. O agir comunicativo no contexto das práticas de educação em saúde pública: um estudo à luz da teoria da ação comunicativa de J. Habermas. *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011, p. 267-283.

PESQUEUX, Y.; VASCONCELOS, I.F.F.G. Teoria da Ação Comunicativa e responsabilidade social empresarial: uma proposta de pesquisa. *Caderno EBAPE.BR*, v. 11, nº 1, Rio de Janeiro, Mar. 2013, p.30-40.

SANCHES, A. 2014. **CMTU retira mais de 8 mil caminhões de lixo em Londrina**. *O Diário*, Londrina, 21 dez. 2014. Caderno Londrina.

SANTOS, B. de S; RODRIGUEZ, C. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L. M. L. dos; LIMA, J. de; FERREIRA, T. **Parceria entre economia solidária e poder público: avanços e desafios de COOPERSIL**. *Revista Capital Científico (UNICENTRO)*, v. 8, p. 37-48, 2010.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, out./dez, p. 10-21 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANTA, V. M. 2010. **Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: Finep Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/prosab/livros/ProsabArmando.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.